

O IMPERIALISMO ROMANO E AS ESPECIFICIDADES DA JUDEIA: UM QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL

Jorwan Gama

RESUMO

O estudo do processo do imperialismo romano na Judeia deve ressaltar as especificidades daquela região frente ao Ocidente conquistado pelos romanos. Dentre tais especificidades destacamos: a recorrência de revoltas armadas e o contato prévio com o helenismo. Para analisarmos como se desenvolveu tal processo imperialista, torna-se fundamental delimitarmos os conceitos a serem utilizados, a fim de que possamos estabelecer as relações entre as especificidades judaicas e o processo imperialista romano.

PALAVRAS-CHAVE

Imperialismo romano; Judeia; helenismo; resistência.

ABSTRACT

The study of Roman imperialism in Judea should stand out the specificities of that region face to Roman West. In the midst of such specificities, we point out: the recurrence of armed revolts and the previous contact with helenism. To analyze how this imperial process developed, is fundamental to establish the concepts we use, with the intention of to relation Judea's specificities to Roman imperialism.

KEYWORDS

Roman imperialism; Judea; helenism; resistance.

Este artigo objetiva apresentar, conceitualmente, as especificidades judaicas que levaram os romanos a estabelecerem um processo de conquista, na Judeia, diferente do ocorrido na parte Ocidental de seu Império. Desse modo, definiremos a importância de conceitos como o de helenização, negociação cultural e hegemonia para o estudo do desenvolvimento do imperialismo romano na Judeia entre os séculos II a.C. e II d.C.

Importante ressaltar que, durante os séculos de dominação romana sobre os judeus, identificamos uma série de revoltas e movimentos contrários à dominação estrangeira na Judeia. Tal cenário é bem distinto do que ocorrera no Ocidente, onde a recorrência de revoltas armadas foi em menor grau do que na Judeia. Defendemos que o alto nível de complexidade social daquela região contribuiu para o turbulento período de dominação romana. Seguimos a definição de complexidade social apresentada por J. Tainter (1988), que a define por meio do estudo dos seguintes indicativos:

Grau de divisão, troca e redistribuição de recursos
Grau de estratificação e diferenciação social
Capacidade de centralização, regulação e integração entre o Estado e os diversos grupos sociais, bem como entre o centro e a periferia.
(TAINTER, 1988)

Dentre os indicativos apresentados por Tainter, dois, a estratificação social e a capacidade de integração entre Estado e grupos sociais, estão intimamente ligados na Judeia. Nessa região, a ordenação política passava, necessariamente, pelas mãos do Sumo sacerdote. O alto grau de estratificação e diferenciação social, no entanto, impediram que o Estado Judeu fosse capaz de regular as diversas facções político-religiosas judaicas alijadas do controle político-religioso judaico. Dentre as principais facções político-religiosas encontramos: fariseus, saduceus, hasmoneus, essênios e zelotas¹.

Outro indicativo do alto nível de complexidade social da Judeia é o setor produtivo. Rosana Silva (2006) destacou, com base nos relatos de Flavio Josefo, as isenções de impostos concedidas pelo monarca selêucida Antíoco III a pessoas ligadas ao Templo. O fato indica, de certo modo, a organização fiscal da administração selêucida na Judeia e também a existência de uma organização produtiva que estava sob a vigilância do reino helenístico em questão. Hans Kippenberg (1988) disserta, outrossim, a respeito da produção judaica quando explica as diferentes formas de arrendamento de terras a que os judeus estavam submetidos desde a dominação persa até a romana.

Outro fator que marcou a diferenciação da região em relação ao Ocidente Germânico conquistado por Roma foi a dominação de reinos helenísticos na Judeia. Durante dois séculos, os reinos Lágida e Selêucida dominaram os judeus, o que contribuiu para a difusão de valores helenísticos na região, tais como o estabelecimento de cidades nos moldes hipodâmicos durante a dominação selêucida (LEVEQUÈ, 1967, pp. 61-62). Em relação à existência de cidades, a dominação helenística foi fundamental para a diferenciação entre a Judeia e o Ocidente Romano, uma vez que, segundo Grimal (2003, p.09):

Foram os romanos que, nas províncias ocidentais do seu Império, fundaram as primeiras cidades. Se, no Oriente, por alturas da conquista romana, existiam desde há muito cidades florescentes ou célebres, o mesmo não acontecia na Gália, na Grã-Bretanha, nas margens do Reno, em Espanha [em Portugal] e na maior parte da África.

Ademais, a dominação helenística nos forneceu subsídios para estabelecermos mais um fator de diferenciação da Judeia em relação ao Ocidente Germânico, a saber: a existência de revoltas armadas. Apesar de termos relatos de revoltas ao domínio romano no Ocidente, como foi o caso da Revolta da Boudica na Britânia² (BOWERSOCK, 1986), é importante notar que os judeus já apresentavam um histórico de revoltas armadas contra a dominação helenística, mais especificamente contra o reino selêucida.

Com base nos indicativos apresentados acima, podemos inferir que a Judeia apresentava um alto nível de complexidade social se comparada a outras áreas conquistadas pelo Império Romano. Portanto, os romanos tiveram que estabelecer estratégias de dominação diferentes daquelas que tiveram para o domínio no Ocidente. Definiremos, desse modo, as estratégias utilizadas tanto no Ocidente quanto na Judeia durante a discussão dos conceitos as discussões dos conceitos de imperialismo, romanização, helenização, hegemonia, negociação colonial e resistência.

Entendemos o termo imperialismo como o ato de pensar, conquistar terras de outrem, terras distantes, algo deveras complexo, que não pode ser alcançado somente pela força e deve utilizar-se de uma série de outros mecanismos. Para manter o império, é preciso garantir a integração e funcionamento de todas as áreas, assegurando a hegemonia sem esmagar a diversidade nativa (MENDES, BUSTAMANTE, DAVIDSON, 2005; SAID, 1995).

Baseando-nos em Greg Woolf, defendemos que a formação de um império sempre transforma as duas faces da moeda, metrópole e colônia, diante do diálogo entre a cultura do conquistador e a do conquistado, configurando uma nova ordem social em que há a participação ativa dos conquistados (WOOLF, 1997).

É justamente essa ideia de imperialismo que temos em mente. Um processo de conquistar terras distantes, no qual as populações envolvidas, tanto do centro quanto da periferia, são profundamente atingidas, possibilitando a formação de novas identidades. Ressalta-se, ainda, que o Império Romano não deve e nem pode ser visto como um fenômeno político e militar exclusivamente, uma vez que sua manutenção necessita de uma explicação que leve em consideração aspectos variados, que não somente a força das legiões e instituições romanas. Ademais, durante as tentativas de se criar a ordem imperial nas províncias, as comunidades locais não ficaram passivas à dominação estrangeira.

Segundo Michel de Certeau, as tentativas de se estabelecer uma ordem segundo um modelo abstrato seriam o que ele chamou de “estratégia”. Nas palavras do próprio De Certeau:

Chamo de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. (DE CERTEAU, 2008, p. 46.)

Relacionamos, desse modo, as tentativas romanas de consolidação de seu poder imperial em suas províncias ao conceito de “estratégia”, que era muito mais variada que a simples coerção física e visava à construção de um ambiente que representasse o poder romano nas terras conquistadas. Ao longo da dominação imperial romana no Ocidente, identificamos uma série de “estratégias” de dominação imperial romana, as quais apresentaremos neste momento.

Segundo Norberto Guarinello, é importante ressaltar que havia duas áreas de dominação romana, Oriente e Ocidente, passíveis de estratégias de dominação diferentes. No Ocidente Romano nós vemos a difusão de todo um modo de ser romano – calcado na difusão do latim e de padrões arquitetônicos e nas práticas que difundiam os ideais latinos, tais como: as vestimentas, os *fora* e o anfiteatro. Em contrapartida, no Oriente, já havia uma vida urbana pré-romana, além do helenismo, que difundiu a língua grega. Sendo assim, as estratégias romanas no Oriente visavam a reforçar

características helenísticas que já haviam interagido com as culturas daquela região³ (GUARINELLO, 2008. p.13).

Tais “estratégias” de dominação, entretanto, estariam acompanhadas das “táticas” nativas, que nada mais seriam que tentativas de “fortificar ao máximo a posição do mais fraco” (DE CERTEAU, 2008. p. 102). As “táticas”, ao contrário das “estratégias”, partiam do conquistado em direção ao conquistador e, constantemente, utilizavam-se de objetos do conquistador de modo a reapropriá-los para seu uso no reforço de uma simbologia nativa (DE CERTEAU, 2008. pp. 93-95). Assim, acreditamos que o conceito resistência desenvolvido por Edward Said (1995) pode ser visto como uma das táticas utilizadas pelos judeus para fortificar sua posição frente ao poderio romano. Entretanto, o conceito de resistência como trabalhado pelo autor palestino abrange tanto a resistência ideológica quanto a resistência física.

Segundo Said, há dois tipos de resistência: a primária, ou física, e a secundária, ou ideológica. A resistência primária se incumbe da defesa do território físico, da luta entre exércitos nativos e invasores (SAID, 1995, p. 266). Já a resistência secundária objetiva defender a cultura do povo invadido, buscando manter suas práticas culturais após invasão territorial e a dominação estrangeira (SAID, 1995, p. 266). Nas palavras do próprio autor:

Depois do período de “resistência primária”, literalmente lutando contra a intromissão externa, vem o período de resistência secundária, isto é, ideológica, quando se tenta “reconstituir uma comunidade estilhaçada, salvar ou restaurar o sentido e a concretude da comunidade contra todas as pressões do sistema colonial” (SAID, 1995, p.266)

Seja enfocando as estratégias de dominação romana, ou as resistências apresentadas pela população nativa, é necessário perceber que o processo de dominação imperial acarretava, invariavelmente, um diálogo entre as culturas do dominador e do dominado. Ao deixar de lado a coerção física e partir para novas formas de aproximação, baseadas principalmente nas relações entre a elite romana e as elites provinciais, Roma iniciou um processo definido por Gramsci como “negociação colonial” (PORTELLI, 2002, p. 32), que manteve a hegemonia política nas mãos do conquistador mais pela colaboração política que pela coerção física.

A ideia *gramsciniana* de negociação colonial passa, necessariamente, pelo entendimento do conceito de hegemonia, que para Norberto Bobbio, trata-se de um termo representativo da dominação, ou de uma forma de poder, de um povo sobre outro.

A definição é adequada para nosso trabalho tendo em vista que o autor defende que tal domínio, ou forma de poder, não seria desenvolvido apenas pelo uso das armas. (BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G.. 1983, pp.579-580)

A posição de Bobbio está muito próxima daquela defendida por Peter Burke, que, seguindo Antonio Gramsci, afirma que “a classe dominante não governava pela força (ou de qualquer modo não só pela força), mas pela persuasão” (BURKE, 2000 p. 122). O autor inglês enriquece seu trabalho ao elaborar alguns questionamentos a respeito do estabelecimento da hegemonia de um povo sobre outro, reforçando a participação da população dominada no estabelecimento da hegemonia política do conquistador:

Como vamos analisar a conquista bem-sucedida desta hegemonia? Ela pode ser estabelecida sem o conluio ou conivência de pelo menos alguns dos dominados? Pode-se resistir a ela com sucesso? A classe dominante simplesmente impõe seus valores às classes subordinadas ou há algum tipo de acordo? (BURKE, 2000 p. 122).

Notamos, ademais, que os pensamentos de Burke e Bobbio encontram suas raízes na ideia *gramsciniana* de hegemonia política, que não seria estabelecida apenas nos elementos militares de coerção, encontrando subsídios também no aparelho jurídico e no consenso entre a classe dominante e os dominados. Ao afirmar que a hegemonia política deveria ser alcançada utilizando outros elementos que não apenas a coerção física, Gramsci estabelece a ideia de “negociação colonial” (PORTELLI, 2002 p.32).

A negociação colonial surge, deste modo, como uma ferramenta necessária para a explicação da reprodução da hegemonia romana nas províncias conquistadas, uma vez que ressalta o papel ativo das comunidades locais frente ao domínio estrangeiro, ou como o próprio Gramsci ressalta: “deve-se levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; [para] que se forme certo equilíbrio de compromisso” (GRAMSCI *apud* MENDES, 2009, p.134). Portanto, ao apresentarmos as estratégias de dominação romana e as táticas nativas, estabelecemos subsídios para a afirmação de que a conquista da hegemonia política romana nas províncias deve ser entendida com base no conceito de negociação colonial e que contou com a participação ativa dos nativos durante o processo. A dominação imperial romana seria, deste modo, um diálogo entre conquistador e conquistado, e não um monólogo no qual Roma representava todos os papéis.

No final do século XIX e início do XX, surgiu na historiografia um termo que ressaltava o contato entre os povos conquistados e os romanos, qual seja: romanização. Ao longo deste período, o significado do termo foi muito relacionado à aculturação, que defendia a ideia de que os “nativos” apenas absorviam a cultura romana (MENDES, 2006). Com as já citadas mudanças na historiografia na segunda metade do século XX e o florescimento da Teoria Pós-colonial, teve início um momento de revisão desta postura, ressaltando-se a heterogeneidade tanto da cultura nativa quanto da romana (WEBSTER, 1996). Esta forma de análise do diálogo cultural que envolveu o processo imperialista romano é defendida por Webster (1996), Hingley (2005, 2006) e Woolf (1997).

Concordamos com a ideia de Hingley (2005, p.37) de que o termo romanização não pode ser visto como uma aculturação dos povos nativos. O autor inglês defende que seria preciso realçar os seguintes pontos para se definir os processos de romanização: 1) a ação dos povos durante sua vida 2) a rejeição da centralidade do Oeste e o desenvolvimento do relativismo cultural 3) a criação de identidades flexíveis e fragmentadas. Ademais, segundo o autor inglês, era preciso pensar o papel das populações nativas frente a esse processo, uma vez que a difusão da cultura romana⁴ ocorria de forma heterogênea nas diversas áreas do império romano. Em uma outra produção historiográfica, Hingley (2006) defende a ideia de que houve uma globalização da cultura romana pelo mediterrâneo, que permitiu a formação de culturas, nas quais era possível identificar caracteres globais (romanos) e locais.

Dessa forma, ao reconhecermos o Império Romano como *locus* de manifestação de culturas distintas e ambíguas, preocupamo-nos em analisar aquilo que Edward Said (1995, p.64) chamou de “experiência divergente”. Nas palavras do próprio Said:

Devemos ser capazes de pensar experiências divergentes e interpretá-las em conjunto, cada qual com sua pauta e ritmo de desenvolvimento, suas formações internas, sua coerência interna e seu sistema de relações externas, todas elas existindo e coexistindo entre si. (SAID, 1995. pp. 64-66)

A importância do conceito de experiências divergentes para os estudos acerca dos processos de dominação imperial romana no Ocidente é reafirmada por Norma Mendes, que afirma:

[...] o Império Romano foi uma construção para integrar e criar um sentimento de coerência às numerosas “experiências divergentes” e, assim, estabelecer um sistema de domínio. (MENDES, 2007, p.5)

Portanto, apesar de fazerem parte de um mesmo contexto imperial, Roma e Judeia apresentam histórias diferentes com ritmos de desenvolvimento próprios, mas que precisam ser estudadas em conjunto para a compreensão das relações de dominação da primeira com a segunda. Preocupamo-nos, desse modo, em estudar o passado judeu antes do domínio romano, as interações com as culturas helenísticas, a sociedade judaica, as facções envolvidas na luta pelo poder judaico, as diferenças entre as facções e a fragmentação da elite judaica. Todos estes tópicos são de fundamental importância para a compreensão do desenvolvimento domínio imperial romano na Judeia.

Podemos, deste modo, perceber que o termo romanização deve levar em consideração as diferentes realidades sociais encontradas por Roma durante seu processo de expansão imperial pelo Mar Mediterrâneo. Seria adequado ter em mente a definição de G. Woolf (1997), o qual defende a romanização como um termo guarda-chuva, visto que engloba diversificados processos de interações culturais entre Roma e os povos conquistados. Assim, o conceito de romanização:

[...] é capaz de expressar a construção, pelos romanos, de um Império de proporções mundiais para a época e de delinear o modelo de mudança sócio-econômica, política e cultural que transformou o mundo mediterrâneo. (MENDES, 2008, p.47)

Seguindo esta definição realçamos a diversidade da cultura romana e nativa, o diálogo entre Roma e suas províncias e a ideia de que o processo de conquista romana foi diferente em cada região.

Concordamos, portanto, com os pensamentos e estudos que convergem para a romanização como um termo sem caráter explicativo, mas que indica as transformações sócio políticas dos romanos e dos povos conquistados. Deste modo, ressaltamos a importância em se estudar as especificidades da Judeia e suas interações com o processo de dominação imperial romana na região.

Assim sendo, evidenciamos que o processo de dominação imperial romana no Mediterrâneo não se baseou na força das armas apenas. Tratou-se de processos de interação cultural entre romanos e os povos provinciais, caracterizados pelas estratégias de dominação e pelas táticas dos vencidos, evidenciadas pelos movimentos de resistência aberta ou camuflada.

Observamos, outrossim, que o processo de dominação imperial romano na Judeia necessitaria de “estratégias” de dominação diferentes daquelas utilizadas para a conquista do Ocidente devido a diversos fatores, dentre os quais: 1) a influência do helenismo em uma época pré-romana 2) o nível de complexidade social 3) o histórico de revoltas armadas contra o domínio selêucida. Tais fatores mencionados ressaltam a importância do estudo da história e das tradições locais da Judeia para uma melhor compreensão da relação desta região com o Império Romano.

No que concerne ao helenismo, Benedikt Otzen (2003) afirma que pode ser visto sob duas formas. Uma vertente positiva, que o vê como uma manifestação cultural que resultou na formação do cristianismo, e outra negativa, que possibilitou uma desagregação cultural por onde passou, além de ter provocado o desaparecimento de culturas antigas.

Já para J. Bright (1980) e André Paul (1983), o helenismo configurou-se como uma difusão da cultura helênica, desde a Macedônia até as portas da Índia, por meio de seu maior propagandista, Alexandre, o Grande. As conquistas alexandrinas permitiram que a cultura helênica se difundisse por boa parte do Oriente, ocorrendo, muitas vezes, a sua absorção por outros povos.

Em uma das raras obras da historiografia brasileira que tratam das interações culturais no mediterrâneo antigo, André Chevitarese e Gabriele Corneli defendem a ideia de que o helenismo não marcou o fim das culturas que foram por ele atingidas. Pelo contrário, as interações no mundo mediterrânico antigo devem levar em conta a expansão do helenismo como uma via de mão dupla, perante a qual a cultura helênica e a local transformavam-se (CHEVITARESE, CORNELI, 2007, p.26). Sendo assim, o helenismo marcaria um período de grande diversidade cultural, e não um movimento de aculturação dos povos que entraram em contato com ele.

Além disso, para Arnaldo Momigliano (1975, pp.15-17), autor largamente criticado por André Chevitarese e Gabriele Corneli, o período de expansão da cultura helenística marcou a possibilidade de difusão de conhecimentos e o contato do mundo grego com comunidades desconhecidas até então para os helenos.⁵

Tão importante quanto a definição do termo helenismo é a sua diferenciação do conceito de helenização. Lee Levine (2007, p.17), na obra “Judaism and Hellenism in Antiquity”, afirma que o helenismo era o meio cultural da era helenística, romana e bizantina, enquanto o termo helenização descreve o processo de adoção e adaptação dessa cultura no nível local.

O helenismo, portanto, marcou a difusão da cultura grega pelo Mediterrâneo e não deve ser visto como um processo que resultou no fim das culturas atingidas por ele. Ao contrário, o processo definido como helenização é marcado pela heterogeneidade e pela variedade das culturas locais (CHEVITARESE, CORNELLI, 2007, p.17). Reafirmamos, deste modo, que a helenização da Judeia foi marcante durante o período de dominação selêucida (LEVINE, 2007, p.18) e foi fundamental para a compreensão das respostas dos judeus frente ao processo de dominação imperial romana na região.⁶

A importância dos estudos sobre a helenização pode ser vista quando estudamos a chegada dos romanos ao Oriente. Segundo Macmullen (2000, p.2), aquilo que os romanos chamavam de civilização, a *humanitas*⁷, já estava difundida entre os gregos. Portanto, ao chegarem ao Oriente, e à Judeia, após o desmembramento do império de Alexandre (século IV a.C.), os romanos encontraram uma região que sofrera um processo de urbanização e onde já se conheciam os padrões sociais, morais, estéticos, de consumo e de produção que os romanos chamavam de *humanitas*. Sendo assim, ao invés de difundir a *humanitas* pelos povos conquistados no Oriente, como fizera no Ocidente, o processo de dominação imperial romana na Judeia foi entendido pela tentativa de recrudescimento de elementos helenísticos latentes na região desde a Revolta Macabéia. Este processo foi chamado de re-helenização por Emil Schurer (1995).

Além do helenismo, outro fator de especificidade da Judeia pode ser visto ao considerarmos o processo de dominação romana no Ocidente, onde não existem, até o momento, informações provenientes da documentação textual ou de cultura material sobre revoltas provinciais da mesma magnitude daquelas ocorridas na Judeia, entre os anos de 66 d.C e 135 d.C.

Certamente, a interveniência de fatores responsáveis por esta diferenciação se aliam à análise dos distintos níveis de complexidade social encontrados pelos romanos no Ocidente e no Oriente. Limitar-me-ei a traçar de forma resumida algumas considerações sobre as condições das comunidades locais do Ocidente Germânico. Utilizarei para tal, as obras de Norma Mendes (2006 e 2007).

Norma Musco Mendes apresenta algumas estratégias de dominação romana na província da Lusitânia. Esta província, segundo Mendes (2006), teve uma modificação no assentamento e uma reorganização do território baseada na visão de mundo dos romanos e que propiciaram a formação de uma infra-estrutura de domínio imperial.

A cidade romana, ainda segundo Norma Mendes, seria a peça chave para o processo de dominação imperial, que visava a construir uma nova lógica (romana) de organização interna da província. Segundo as palavras de Norma Mendes, a cidade seria:

(...) o centro difusor do domínio e da cultura romana, sendo também o principal agente de ordenação do território, para onde convergiam as decisões políticas, militares e o controle econômico regional através do sistema tributário. Portanto, era um local privilegiado para as relações de poder, tanto em nível local como imperial. (MENDES, 2007, p.264)

Faz-se necessário ressaltar o papel político-religioso que a cidade desempenhava para os romanos. Pierre Grimal define a cidade romana como um centro jurídico e espiritual do Império Romano, ou nas palavras do próprio autor:

Estes preceitos e outros semelhantes provam que a própria noção de cidade é de índole essencialmente religiosa e espiritual. As considerações materiais, autárquicas, estratégicas e econômicas só vêm depois. Ainda antes de ser um local de refúgio ou de prazer, a cidade romana é um centro sagrado e um centro jurídico, o que é bastante semelhante (GRIMAL, P. 2003, p.12)

No caso do Ocidente Germânico, podemos considerar, portanto, que os processos de urbanização possibilitaram a divulgação dos padrões culturais considerados romanos. Além disso, a construção de marcos espaciais urbanos como o *forum*, o teatro e o anfiteatro faziam com que as elites locais se aproximassem da cultura romana, criando uma interdependência entre as elites cêntricas e locais (MENDES, 2007). Por fim, a cidade permitia a difusão do ideal de ser romano através de mecanismos como: práticas sociais urbanas, espaço produtivo urbano e rural, religião, educação, organização administrativa, instituições e organização militar (MENDES, 2007; GUARINELLO, 2008).

Desse modo, os três fatores de especificidade da Judeia dentro do Império romano – a presença do helenismo antes da chegada dos romanos, o alto nível de complexidade social, e a recorrência de revoltas armadas – reforçam a necessidade de se estudar as tradições e a história local para compreendermos a unidade política chamada Império Romano. Portanto, analisar o período de dominação imperial romana na Judeia é perceber que tal processo não decorreu de forma homogênea e que apresentou-se bem distinto do processo imperialista romano no Ocidente Germânico.

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998

BOWERSOCK, G. W. The mechanics of subversion in the Roman provinces. In: Foundation Hardt. *Opposition et resistances a l'empire D'Auguste a Trajan*. Paris, 1986

BRIGHT, John. *História de Israel*. Tradução de Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Paulinas, 1980.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo, UNESP, 2002. _____.

CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G. *Judaísmo, Cristianismo, Helenismo*. Ensaios sobre Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo. São Paulo: Annablume, Fapesp: 2007.

DE CERTEAU, M. de. *A invenção do Cotidiano: 1 Artes de Fazer*. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GIARDINA, Andrea. *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença. 1992

GRIMAL, P. *As Cidades Romanas*. Lisboa: Edições 70, 2003.

GUARINELLO, Norberto Luiz. “*Império e Imperialismo, realidades antigas e conceitos contemporâneos*.” In: FELDMAN, S. A. (Org.) CAMPOS, A. P. (Org.) ; SILVA, G. V. (Org.) ; NADER, M.B. (Org.) ; FRANCO, S. P. (Org.). *Os impérios e suas matrizes políticas e culturais*. 1. ed. Vitória e Paris: Flor & Cultura; Université de Paris-Est, 2008.

HINGLEY, R.. *Globalizing Roman culture*. Routledge. 2005

_____. *Recreating coherence without reinventing Romanization*. University of Durham. Disponível em: www.digressus.org . Acesso em: 23/11/2006.

HUSKINSON, J. (org.). *Experiencing Rome: Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. Londres: Routledge/Open University. 2000.

KIPPENBERG, H. *Religião e Formação de Classes na Antiga Judeia*. Tradução de João Aníbal G.S. Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1988.

LÉVÊQUE, Pierre. *O mundo Helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987.

LEVINE, L.I. *Judaism and Helenism in Antiquity. Conflict or confluence?* Seattle. University of Washington Press, 1998.

MACMULLEN, Ramsey. *Romanization in the time of Augustus*. Londres: Yale University Press/New Haven & London, 2000.

MENDES, N. M.. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. v. 1. 235 p.

_____. *A tipologia de domínio imperial romano em debate*. In: CHEVITARESE, A. L., CORNELLI, G. *A descoberta do Jesus Histórico*. São Paulo: Paulinas, 2009.

MENDES, N. M; BUSTAMANTE, R. M. C; DAVIDSON, J. “A experiência imperialista romana: teorias e práticas” In: *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18, 2005, p.p.17-41.

MENDES, N.M; VENTURA, G. (orgs.). *Repensando o Imperio Romano: perspectiva sócio econômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

MENDES, N. M.; ARAUJO, Y. C.. *Epigrafia, sociedade e religião: o caso da Lusitânia*. In: *PHOINIX*. Laboratório de História Antiga/UFRJ. Ano XIII, 2007. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007

MOMIGLIANO, A. *Os limites da helenização*. A interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1975.

OTZEN, B. *O Judaísmo na Antigüidade*. A história política e as correntes religiosas de Alexandre Magno até o imperador Adriano. São Paulo: Paulinas, 2003.

PAUL, A.. *O Judaísmo Tardio - História Política*. Tradução de Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1983

PORTELLI, H.. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SCHÜRER, E.. *The History of the Jewish People in the age of Jesus Christ (175 b.C. – 135 A.D.)*. Edinburg: T & T Clark LTD, 1995.

SILVA, Rosana M.dos S. *Pluralidade e Conflito: Uma História comparada das guerras judaicas entre os século II a.E.C. e I E.C./* Rosana Marins dos Santos Silva – Rio de Janeiro: PPGHC, 2006. pg.142.

TAINTER, J. *The collapse of complex societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WEBSTER, Jane. *Roman Imperialism and the Post Imperial Age*. In: WEBSTER, J. e COOPER, N. (eds.). *Roman Imperialism: Post - Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archaeological Studies - University of Leicester, 1996.

WOOLF, Greg. Beyond Romans and natives. In: *World Archaeology*, Vol. 28, No. 3, Culture Contact and Colonialism, (Feb., 1997), pp. 339-350.

NOTAS

¹ Seguiremos a tendência historiográfica de intitular os saduceus, fariseus, essênios, zelotas e os hasmoneus como facções político-religiosas. Esta definição mostra-se adequada pelo fato de evidenciar as atuações destes grupos, tanto na política quanto na religião judaica. Por vezes, utilizaremos apenas o termo facções para nos referirmos a eles.

² G. W. Bowersock apresenta uma série de revoltas contra a dominação romana no Ocidente, dentre elas os casos da província da Britânia e da Gália. Para saber mais, ler: BOWERSOCK, G. W. “The mechanics of subversion in the Roman provinces”. In: Foundation Hardt. **Opposition et resistances a l’empire D’Auguste a Trajan**. 1986

³ Importante ressaltar que no período final da República Romana, quando o imperialismo romano já se desenvolvia no Mediterrâneo, Roma estabeleceu um projeto cultural com base na cultura helenística, o qual foi de fundamental importância para a provincialização da cultura romana nas províncias ocidentais. A este projeto cultural, os romanos chamaram de *Humanitas*. Para saber mais, ler: MENDES, Norma. “Romanização: a historicidade de um conceito”. In: FELDMAN, Sérgio Alberto (Org.) CAMPOS, A. P. (Org.) ; SILVA, G. V. (Org.) ; NADER, M.B. (Org.) ; FRANCO, S. P. (Org.). **Os impérios e suas matrizes políticas e culturais**. 1. ed. Vitória; Paris: Flor & Cultura; Université de Paris-Est, 2008.

⁴ Concordamos com Janet Huskinson que defende que a cultura romana não era homogênea, e que nas províncias romanas o que vemos é uma cultura de elite. Para saber mais, ler: HUSKINSON, J. “Élite culture and identity of the empire” In: HUSKINSON, J. (org.). **Experience in Rome: Culture, identity and power in a Roma world**. Londres. Routledge/Open University. 2000.

⁵ Para saber mais sobre o tema é preciso ter em mente a ideia de “tempo axial”, que define que a Palestina dos profetas, a Grécia dos filósofos, a China de Buda e Lao-tsé e a Pérsia de Zoroastro tinham características comuns como o domínio da escrita e organização política, apesar de não terem contatos entre si. Para saber mais ler: CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G. **Judaísmo, Cristianismo, Helenismo**. Ensaios sobre Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo. São Paulo: Annablume, Fapesp: 2007; MOMIGLIANO, A. **Os limites da helenização**. A interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1975;

⁶ Levine nos apresenta uma divisão na historiografia no que diz respeito à helenização da Judeia antes dos romanos. Pelo que apresentamos nas páginas até aqui, defendemos a corrente que afirma que a Judeia sofreu um processo de helenização durante o período Selêucida.

⁷ Paul Veyne também discorre a respeito da importância da *humanitas* como marco identitário romano. Para saber mais, ler: VEYNE, Paul. “*Humanitas*: romanos e não-romanos” In: GIARDINA, Andrea. **O homem romano**. Lisboa. Editorial Presença. 1992. pp.283-302